

A. I. N° - 298636.7074/05-8
AUTUADO - EATON LTDA.
AUTUANTE - EDSON JOSÉ DE OLIVEIRA CARNEIRO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 18.12.2007

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0357-02/07

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIA ENQUADRADA NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO ESTABELECIDO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. VENDA PARA CONTRIBUINTE ESTABELECIDO NA BAHIA. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Comprovado o pagamento de parte do débito. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 20/06/2007, para exigência de ICMS no valor de R\$2.015,38 mais multa de 60%, sob acusação de que o contribuinte supra deixou de proceder a retenção do ICMS, e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subseqüentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, através das Notas Fiscais n° 259812 e 259813, conforme Termo de Apreensão e documentos às fls. 10 a 13.

O sujeito passivo representado por advogado legalmente constituído, em seu arrazoadado defensivo às fls. 25 a 30, após esclarecer a atividade exercida pelo autuado, invocou o artigo 142, do CTN e o principio da motivação na visão de renomado tributarista, para argüir a improcedência da autuação com base na alegação de que efetuou o recolhimento do imposto referente às notas fiscais objeto da autuação, nos termos do Convênio ICMS n° 85/93, conforme Guia Nacional de Recolhimentos Estaduais-GNRE, nos valores de R\$1.098,75 e R\$137,21, juntadas à defesa fls. 64 e 65.

O autuante em sua informação fiscal (fl. 68), explicou que o auto de infração foi lavrado porque ao entrar no estado da Bahia a mercadoria vinha desacompanhada da GNRE correspondente ao pagamento do imposto substituído, e que tal documento somente foi apresentado pelo contribuinte em sua defesa fiscal.

VOTO

O autuado trata-se de contribuinte estabelecido em outro Estado da Federação, cuja infração que lhe foi imputada diz respeito a falta de retenção do ICMS-ST, e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subseqüentes, nas vendas de “Câmara de Ar” realizadas para contribuintes localizados neste Estado, através das Notas Fiscais n° 259812 e 259813.

Nas operações de vendas de câmara de ar entre os Estados da Bahia e São Paulo, e demais Estados, signatários do Protocolo ICMS 85/93, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com pneumáticos, câmaras de ar e protetores, o remetente das mercadorias está obrigado a observar as disposições estabelecidas no referido Protocolo mediante a retenção e o devido recolhimento através de GNRE na qualidade de sujeito passivo por substituição, conforme disposto na Cláusula Primeira, recepcionado no art. 353, inciso II, item 17, do RICMS/97, in verbis:..

“Cláusula primeira Nas operações interestaduais com pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, classificados nas posições 4011 e 4013 e no código 4012.90.0000 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM-SH, fica atribuída ao estabelecimento importador e ao estabelecimento industrial fabricante a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido nas subseqüentes saídas ou entradas com destino ao ativo imobilizado ou ao consumo dos produtos mencionados nesta cláusula.”

O autuado não nega sua obrigação em efetuar a substituição tributária nas operações realizadas através das notas fiscais que emitiu para contribuinte no Estado da Bahia, tanto que, consta nas notas fiscais a retenção do ICMS, e para elidir a autuação o autuado juntou cópias das GNRE's (fls. 64 e 65).

Considerando que a soma dos valores recolhidos difere para o total do imposto lançado no Auto de infração, a questão se resume em se determinar qual o valor correto para fins de exigência fiscal.

Quanto a base de cálculo, está previsto no citado Protocolo que:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária será o valor correspondente ao preço de venda a consumidor constante de tabela estabelecida por órgão competente para venda a consumidor, acrescido do valor do frete.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo será obtida tomando-se por base o preço praticado pelo substituto, incluídos o IPI, frete e as demais despesas debitadas ao estabelecimento destinatário, bem como a parcela resultante da aplicação sobre esse total dos seguintes percentuais:

4. protetores, câmaras de ar e outros tipos de pneus, 45% (quarenta e cinco por cento).

§ 2º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido do percentual de que trata o parágrafo anterior.

Cláusula quarta A alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo prevista na cláusula terceira será a vigente para as operações internas na unidade da Federação de destino.

Cláusula quinta O valor do imposto retido será a diferença entre o calculado de acordo com o estabelecido na cláusula terceira e o devido pela operação normal do estabelecimento que efetuar a substituição tributária, devendo ser recolhido até o 9º (nono) dia do mês subseqüente ao da retenção”.

Analisando as citadas notas fiscais (fls. 12 e 13), observo que se encontra devidamente calculado o ICMS por substituição tributária, nos valores de R\$1.098,75 e R\$137,21, valores esses, apurados a partir dos valores das mercadorias mais a MVA de 45%, e correspondem exatamente com os valores recolhidos através das Guias Nacional de Recolhimentos Estaduais-GNRE juntadas à defesa (fls. 64 e 65).

Portanto, pelo que se vê, o autuante incorreu em erro de cálculo do imposto devido, pois considerou para fins de determinação da base de cálculo o valor dos produtos mais o imposto por substituição, quando o correto é o valor dos produtos, e sobre este adicionar a MVA de 45% para encontrar a BC-ST. O autuado, por seu turno, considerou os valores corretamente, porém, aplicou a alíquota de 12%, quando deve ser 17%, haja vista que a mercadoria é originária do Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula Quarta do Protocolo ICMS 83/93, a saber:

N.FISCAL	VALOR	MVA	B.CÁLCULO	ICMS 17%
259812	6.163,07	45%	8.936,45	1.519,20
259813	777,40	45%	1.127,23	191,63
SOMA	6.940,47	45%	10.063,68	1.710,83
VL.RECOLHIDO				1.235,96
DIFERENÇA				474,87

Desta forma, restando caracterizado erro no cálculo do débito, bem assim, a comprovação pelo autuado de parte da exigência fiscal, subsiste em parte a autuação.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração no valor de R\$ 474,87.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298636.7074/05-8**, lavrado contra **EATON LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$474,87**, acrescido da multas de 60% prevista no art. 42, inciso II, alínea “e”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de dezembro de 2007.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE/RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR